

SUMÁRIO

Agradecimentos por Gina Ribeiro Gonçalves Muniz	9
Agradecimentos por Rodrigo Faucz.....	11
Nota dos autores para a 2ª Edição	13
Apresentação por Daniel Avelar.....	15
Prefácio por Rosmar Rodrigues Alencar	21

PARTE I SISTEMA DE NULIDADES NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO

CAPÍTULO 1 - ATIPICIDADES DOS ATOS PROCESSUAIS PENAIS	35
1. Formalidades processuais não são dispensáveis	37
2. Natureza jurídica da nulidade <i>lato sensu</i>	41
CAPÍTULO 2 - CLASSIFICAÇÃO DAS ATIPICIDADES	45
1. Inexistência.....	47
2. Nulidades <i>stricto sensu</i> : nulidade absoluta e nulidade relativa.....	48
2.1. Lentes civilistas para a categorização das nulidades <i>stricto sensu</i> : solução ou problema?	49
2.2. Em busca de um conceito de nulidade (<i>stricto sensu</i>) à luz da principiologia do processo penal	51
2.2.1. Nulidade absoluta	51
2.2.2. Nulidade relativa	55
3. Irregularidade	56

CAPÍTULO 3 - EFEITOS DECORRENTES DO RECONHECIMENTO DAS ATIPICIDADES	59
1. Efeitos gerais.....	59
1.1. Invalidação	60
1.2. Convalidação	60
1.3. Saneamento.....	61
2. Efeitos colaterais.....	62
2.1. Modulação de efeitos.....	62
2.2. Inadmissibilidade e desentranhamento das provas ilícitas.....	63
3. Regras de calibração	66
 CAPÍTULO 4 - ELASTICIDADE TEMPORAL DO SISTEMA DE NULIDADES	 69
 CAPÍTULO 5 - PRINCÍPIOS APLICÁVEIS AO SISTEMA DE NULIDADES.....	 77
1. Princípio do prejuízo.....	77
2. Princípio do interesse	80
3. Princípio da instrumentalidade das formas	84
4. Princípio do confinamento	90
5. Princípio da consequencialidade, concatenação ou interdependência.....	93
6. Princípio da inutilização do ato processual nulo.....	94
7. Princípio da escusa absolutória	94

PARTE II

NULIDADES NA PRIMEIRA FASE DO PROCEDIMENTO DO JÚRI

CAPÍTULO 1 - ENTRE HEURÍSTICAS DEMOCRÁTICAS E VIESES AUTORITÁRIOS.....	99
 CAPÍTULO 2 - AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA NOS CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA.....	 107
1. Ausência ou retardamento da audiência de custódia.....	109
2. Tortura e ilicitude da prisão em flagrante	113

3. Prisão preventiva “obrigatória” para os crimes de homicídio e feminicídio.....	118
4. Conversão de ofício da prisão em flagrante em prisão preventiva.....	123
CAPÍTULO 3 - INQUÉRITO POLICIAL NOS CASOS DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA.....	131
1. Ausência do exame de corpo de delito.....	133
2. Acesso da defesa aos autos de investigação.....	135
3. Respeito à vontade do acusado.....	136
3.1. Aviso de Miranda.....	137
3.2. Direito ao silêncio.....	140
3.3. Confissão extrajudicial.....	141
4. Acesso ao celular do acusado.....	145
5. Reconhecimento do réu.....	150
6. Direito do acusado à razoável duração do inquérito.....	158
CAPÍTULO 4 - NULIDADES INICIAIS.....	161
1. Recebimento da peça acusatória.....	161
2. Citação do acusado.....	165
3. Resposta à acusação.....	166
3.1. Preclusão da apresentação do rol de testemunhas.....	167
3.2. A falta de acesso da defesa aos elementos colhidos na fase investigatória.....	171
4. Retratação judicial acerca do recebimento da denúncia.....	173
CAPÍTULO 5 - NULIDADES NA INSTRUÇÃO DA PRIMEIRA FASE.....	175
1. Audiência de instrução probatória.....	175
2. Oitiva das testemunhas.....	175
2.1. Leitura de depoimentos da investigação.....	175
2.2. Reconhecimento do réu em audiência de instrução.....	178

2.3. Referência à vivência sexual pregressa da vítima ou ao seu modo de vida	181
2.4. Intimação das testemunhas arroladas pela defesa	184
3. Protagonismo judicial durante a inquirição	184
4. A retirada do acusado da sala de audiência	188
5. Interrogatório do réu	189
5.1. Direito ao silêncio e aviso de Miranda	189
5.1.1. Interrogatório como último ato da instrução	192
6. Alegações finais	195
6.1. Indispensabilidade das alegações finais	195
7. Tese da legítima defesa da honra (ADPF nº 779)	196
CAPÍTULO 6 - NULIDADES NA DECISÃO DE PRONÚNCIA	201
1. Certeza da materialidade e indícios de autoria	201
2. Excesso de linguagem na decisão de pronúncia	203
3. Exclusão de qualificadoras manifestamente improcedentes	207
4. Presunção de dolo na decisão de pronúncia	208
5. Pronúncia embasada no princípio “ <i>in dubio pro societate</i> ”	209
6. Pronúncia lastreada exclusivamente em elementos informativos	212
7. Pronúncia fundamentada exclusivamente em testemunho indireto	213
8. Pronúncia fundamentada em registros audiovisuais de autenticidade duvidosa	217
9. Pedido do Ministério Público de impronúncia ou absolvição	218
10. Prisão decorrente da decisão de pronúncia	221
11. Intimação da decisão de pronúncia	222
12. Preclusão da decisão de pronúncia e convalidação das nulidades relativas	224
13. Nova decisão de pronúncia e a (i)rrecorribilidade de capítulos inalterados da decisão originária	225
14. Prazo para encerramento do sumário da culpa	227

PARTE III

NULIDADES NA SEGUNDA FASE DO PROCEDIMENTO DO JÚRI

CAPÍTULO 1 - NULIDADES NA PREPARAÇÃO DO JULGAMENTO	231
1. Falta de oitiva prévia da defesa técnica acerca do desaforamento do processo do júri.....	231
1.1. Lista geral de jurados.....	232
1.2. Prazo para juntada do rol de testemunhas.....	237
1.3. (Im)possibilidade de reabertura do prazo do art. 422 do CPP diante da substituição da defesa técnica	238
1.4. Intimação da Defensoria Pública ou advocacia dativa	239
CAPÍTULO 2 - NULIDADES SOBRE AS AUSÊNCIAS NA SESSÃO.....	243
1. Ausência do Ministério Público.....	243
2. Ausência do assistente da acusação.....	244
2.1. Ausência do acusado	245
2.1.1. Ausência do acusado solto.....	245
2.1.2. Ausência do acusado preso.....	249
2.2. Ausência das testemunhas.....	250
CAPÍTULO 3 - NULIDADES RELACIONADAS AOS JURADOS	255
1. Falta de quórum de, pelo menos, quinze jurados para a instalação da sessão.....	255
2. Vícios no sorteio dos jurados componentes do Conselho de Sentença....	258
3. Incomunicabilidade dos jurados.....	260
CAPÍTULO 4 - NULIDADES RELACIONADAS À APRESENTAÇÃO DO ACUSADO.....	265
1. Vedação da apresentação do réu com roupas civis.....	265
2. Uso de algemas em plenário	267
3. Acusado posicionado de maneira vexatória.....	268
4. Interrogatório por videoconferência	269
5. Distribuição cênica da sala de julgamento.....	274

CAPÍTULO 5 - NULIDADES DA INSTRUÇÃO EM PLENÁRIO	277
1. Leitura de documentos em plenário	277
2. Exibição de trechos de audiência em plenário	283
3. Referência, como argumentos de autoridade, durante os debates...	284
3.1. Decisão de pronúncia ou decisões posteriores que julgaram admissível a acusação	284
3.2. Silêncio ou ausência do acusado	286
3.3. Uso de algemas	288
4. Art. 478 do CPP: rol taxativo ou exemplificativo?	289
5. Antecedentes do réu	291
6. Apresentação de prova ilícita aos jurados	293
7. Apresentação de carta psicografada aos jurados	294
8. Tese da legítima defesa da honra	296
9. Vivência sexual ou modo de vida da vítima nos casos de feminicídios	297
10. Apresentação apenas em plenário de depoimentos extrajudiciais incriminadores	298
CAPÍTULO 6 - NULIDADES NA QUESITAÇÃO	301
1. Fase de quesitação	301
2. Fonte dos quesitos	303
2.1. Correspondência entre quesitos e a decisão de admissibilidade	304
2.2. Interrogatório enquanto fonte de elaboração dos quesitos	305
2.3. A vinculação entre as teses apresentadas pelo ministério público em plenário e a pronúncia (ou as decisões posteriores que julgaram admissível a acusação)	306
3. Ordem dos quesitos	306
4. Ausência de quesito obrigatório	307
5. Quesitos sobre a materialidade	308
6. Quesitos sobre a autoria	308

7.	Quesito genérico absolutório.....	310
8.	Quesitos sobre as causas de diminuição da pena.....	310
8.1.	Homicídio privilegiado	311
8.2.	Colaboração premiada	311
8.3.	Concurso formal com múltiplas vítimas.....	316
9.	Quesitos sobre qualificadoras	317
9.1.	Formulação dos quesitos quando se discute a possibilidade de estender ao mandante do crime uma qualificadora de natureza objetiva atribuída ao executor	319
10.	Quesitos sobre majorantes	320
11.	Quesitação das agravantes/atenuantes	321
11.1.	Atenuante da confissão espontânea	323
11.2.	Sustentação da atenuante nos debates	328
12.	Quesitos sobre a tese de desclassificação.....	330
13.	Quesitos sobre dolo eventual	332
14.	Quesitos sobre excesso doloso ou culposo na legítima defesa	335
15.	Quesitos sobre a tentativa.....	338
16.	Quesitos sobre a imputabilidade.....	340
17.	Quesitos complexos.....	341
18.	Quesitos com respostas contraditórias.....	342
19.	Impugnação dos quesitos	344
20.	A dinâmica da votação.....	345
20.1.	Procedimento da votação pelo conselho de sentença	346
20.2.	Contradição nas respostas aos quesitos.....	347
20.3.	Prejudicialidade dos quesitos	348
20.4.	Termo de votação.....	349
21.	Atuação do juiz presidente durante a sessão plenária.....	349
22.	Réu indefeso no plenário	355

CAPÍTULO 7 - NULIDADES E A PRISÃO AUTOMÁTICA NO JÚRI.....	359
1. A (questionável) constitucionalidade do art. 492, Inc. I, “e”, do CPP....	359
2. Nulidade enquanto fator impeditivo da execução provisória da pena (art. 492, §§ 3º, 4º e 5º, do CPP)	368
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	373